Parâmetros para a interpretação da Lei 12.594/12 e execução socioeducativa

Ana Paula Motta Costa¹

Resumo:

A implementação da Lei 12.594/12, que dispõe sobre a execução socioeducativa e institui o Sistema de Execução Socioeducativo – SINASE, requer parâmetros para sua interpretação. Nessa direção, o presente artigo sugere metaprincípios interpretativos, os quais são descritos como conceituação preliminar que fundamenta a aplicação dos princípios expressos, ou mesmo do conjunto da Lei: da igualdade, vinculado à legalidade, ou à reserva legal; e da equidade, ou da individualização a partir das diferenças. A reflexão proposta persegue a busca de um significado coerente para a intervenção socioeducativa junto aos sujeitos a que se destina e, em última instância, busca a efetividade das medidas socioeducativas a serem aplicadas.

Palavras-chave: adolescentes; medidas socioeducativas; princípios; igualdade; equidade.

¹ Advogada, Socióloga, Mestre em Ciências Criminais, Doutora em Direito, Professora da Faculdade de Direito da UFRGS e do Programa de Pós-graduação- Mestrado, da IMED/Passo Fundo.

Abstract:

The implementation of the 12.595/12 Act, which regulates the carrying of socio-educational measures for court-involved youth and creates the Brazilian System of Socio-Educational Measures – SINASE, requires parameters for its interpretation. Accordingly, the article suggests a cluster of interpretative metaprinciples, treated here as a preliminary conceptualization that grounds the application of the principles settled by the Act: equality, legality and equity or difference-based individualization. The reflection aims to finding a coherent meaning for the socio-educational intervention and, ultimately, the effectiveness of the imposition of such measures.

Keywords: youth; socio-educational measures; principles; equality, equity

Recentemente foi promulgada a Lei 12.594/12, que dispõe sobre a execução das medidas socioeducativas no Brasil. Esta nova Lei foi resultado de um processo de debates que durou mais de dez anos, em que segmentos dos operadores do Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE – buscavam identificar parâmetros claros e, ao mesmo tempo, aplicáveis aos diferentes contextos da sociedade brasileira. Estes operadores tinham o objetivo de que a nova Lei representasse avanços em uma realidade de muitas fragilidades institucionais e normativas.

Encontramo-nos em uma nova etapa: há necessidade de implementação da nova Lei e, para isso, é preciso estabelecer parâmetros para sua interpretação. Neste artigo pretende-se abordar alguns princípios orientadores para tal interpretação, considerando o contexto histórico e político em que está localizada.

Em um primeiro momento, abordar-se-á a natureza jurídica das medidas socioeducativas, como pressuposto conceitual necessário ao estabelecimento de parâmetros para sua interpretação. Este tema representa um importante impasse no debate nacional sobre a temática. Provavelmente essa seja uma das razões - em meio à complexidade da temática dos adolescentes envolvidos com o cometimento de atos infracionais - para que os avanços sejam lentos e, quando existentes, na maioria das vezes, sejam acompanhados por retrocessos. Isso ocorre porque a ausência de compreensão consolidada sobre “o que se faz” na área infracional é um obstáculo para que se superem as dificuldades. Os rumos não são claros, muita energia emprega-se nesta definição e, enquanto isso, o tempo histórico, assim como o tempo na adolescência, corre rápido: trocam governos, circulam juízes, promotores e defensores. Mudam alguns protagonistas, renovam-se os antigos e a prática socioeducativa, que avança em experiências isoladas, não ganha força para consolidar-se como uma experiência estratégica nacional.

Não se pretende aqui reproduzir todo o debate existente no País sobre o tema, mas se busca sistematizar um ponto de vista e defini-lo como referência para os princípios orientadores da interpretação, que se constituem no objetivo central deste artigo.

Em sequência, serão definidos “metaprincípios de interpretação”, que são assim denominados porque não se tratam exatamente dos princípios que a Lei 12.594/12 estabelece de forma literal, mas parâmetros para a leitura destes, ou mesmo para a compreensão do conjunto da Lei. Logo em seguida, complementar-se-á a reflexão, abordando a aplicação dos metaprincípios antes referidos relacionados às previsões de princípios previstos na Lei.

Pretende-se, portanto, nestas páginas, contribuir com a caminhada em curso, tendo consciência de que os desafios são imensos. Especialmente diante de uma conjuntura em que, mais uma vez, renovam-se os argumentos em favor da redução da maioria penal. É preciso demonstrar à sociedade o que se faz, por que se faz e onde se pretende chegar através das medidas socioeducativas. Porém, a despeito de todos os descompassos e contradições, os jovens, vítimas diárias da violência, necessitam de respostas que corram a favor de seu tempo.

1. Natureza Jurídica das Medidas Socioeducativas

Sabe-se que os atos infracionais praticados por adolescentes resultam de um processo complexo. Nesse sentido, sua prática não conta com causas mensuráveis singularmente, ou isoladas do contexto em que os fatos ocorrem. De outra parte, no que se refere à responsabilização, de forma diferenciada do tratamento jurídico previsto na legislação infanto-juvenil para as situações em que as crianças e os adolescentes têm seus direitos violados², quando um adolescente viola direitos de outros deverá ser responsabilizado pessoalmente por sua conduta, em razão da escolha individual e “livre” que fez ao violar as normas estatais. Nesse sentido, não há diferença em relação à responsabilidade atribuída pelas legislações ocidentais, desde a Modernidade, aos adultos, a qual tem como pressuposto o livre arbítrio e a individualização da sanção (NICODEMOS, 2006, p. 61-84).

² Quando crianças e adolescentes têm seus direitos violados, cabe responsabilizar a família, o Estado e a sociedade por tal violação. De outra parte, quando um adolescente viola o direito de outros, por meio do cometimento de um ato infracional, responde individualmente pelos seus atos, ainda que os fatos geradores da prática infracional resultem de um todo complexo, em que a violação de direitos a que o sujeito foi submetido seja componente gerador.

Conforme previsão constitucional, regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes que cometem atos infracionais devem ser pessoalmente responsabilizados por sua prática ilícita. Tal responsabilidade não lhes é imputada frente à legislação penal comum, mas com base nas normas do Estatuto próprio, submetendo-se a medidas socioeducativas de caráter especial. Esse tratamento, diferenciado em relação aos adultos, justifica-se em razão de sua condição de sujeitos, que atravessam etapa importante do desenvolvimento. Apesar de todas as pessoas estarem sempre em desenvolvimento, na infância e na adolescência a formação da condição de pessoa é mais intensa e, por isso mesmo, peculiar ou especial, exigindo-se do Estado, da sociedade e da família o dever também peculiar de tratamento especial à infância e à adolescência.

O fato é que o Brasil, como a maioria dos países ocidentais, conta em seu ordenamento jurídico com dois sistemas³ de responsabilização daqueles que cometem crimes, ou atos infracionais: o sistema penal adulto, destinado à responsabilização das pessoas com mais de dezoito anos; e o sistema de responsabilização juvenil, destinado a responsabilizar por seus atos os adolescentes de doze a dezoito anos de idade. Os dois sistemas são fundados na responsabilização dos sujeitos, em razão da liberdade individual de escolha que tiveram ao cometerem ilícitos penais.

O tratamento destinado aos adolescentes concretiza-se a partir da opção adotada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 228, que define um período etário que começa aos doze anos e se estende até o limite superior, de dezoito anos, para que os sujeitos, que estão em uma fase de desenvolvimento diferenciada do mundo adulto, respondam perante um sistema de responsabilidade também diferenciado dos adultos. A partir de tal definição, estabeleceu-se um “modelo de responsabilização especial para adolescentes”, que contempla sanções específicas e reconhece em seus destinatários uma capacidade de responder pelos atos praticados, de acordo com sua etapa de desenvolvimento. São, assim, somente imputáveis

³ Utiliza-se neste texto a ideia de sistema, como sistema normativo, ou um conjunto de normas previstas no ordenamento jurídico, integradas ao seu conjunto, mas que entre si tem uma lógica de organização própria, destinadas à aplicação em determinadas circunstâncias específicas.

perante seu sistema próprio. No caso brasileiro, são imputáveis perante o Estatuto da Criança e do Adolescente.⁴

O sistema de responsabilização de adolescentes previsto na Legislação brasileira é composto por medidas socioeducativas, as quais têm natureza sancionatória (AMARAL e SILVA, 2006, p. 58), no sentido de que são aplicadas aos seus destinatários em decorrência de um ato infracional (crime ou contravenção penal) praticado. Também são impostas ao adolescente, após a apuração da culpa⁵ deste, mediante um processo judicial, no qual cabe ao Estado, por meio do Ministério Público, demonstrar a sua autoria e ao juiz aplicar a medida cabível. A medida socioeducativa adequada deverá ser aquela que melhor responde às necessidades do adolescente em questão. É imprescindível considerar também a proporcionalidade em relação à prática cometida e ao envolvimento do autor (art. 112 c/c art. 122, § 2º do ECA). As medidas socioeducativas são, portanto, respostas do Estado impostas ao sujeito autor. São medidas restritivas de direitos que possuem características especiais, impostas ao sujeito autor, em razão da conduta ilícita que praticou, assim definida no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente na legislação penal.

A compreensão da natureza jurídica das medidas socioeducativas, especialmente durante o processo judicial que resultará em sua aplicação, tem por finalidade, ou estratégia, estabelecer limites concretos e legais para sua imposição por parte do Poder Judiciário. Isto porque as sanções somente podem ser impostas aos adolescentes, nas situações autorizadas pela Lei, considerando os limites e circunstâncias previstas.

Essa estratégia tem razão de ser histórica, visto que a cultura de “compaixão repressão”, que se consolidou na prática estatal vigente no tempo do antigo Código de Menores, prevalece até os dias de hoje no Brasil e na América Latina, conforme

⁴O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) define em seu art. 104: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”.

⁵ Entende-se que os atos infracionais praticados por adolescentes, para que sejam assim considerados nos processos judiciais, na medida em que se constituem na prática de crimes ou contravenções penais, precisam ser analisados de acordo com a Teoria do Delito, portanto deve ser alisada a tipicidade, ilicitude e culpabilidade do agente que os praticou. Assim, a que se reconhecer uma culpabilidade especial, visto que a imputabilidade, elemento essencial do conceito mais amplo de culpabilidade, somente pode ser considerada em relação ao sistema próprio previsto na legislação para a responsabilização e adolescentes.

repetidamente ensina Emílio Garcia Mendez (1996). Afirma o autor que se tornou comum utilizar-se de forma “eufemista” a justificativa de que a intervenção de controle é social e em nome da proteção, quando, em realidade, pratica-se controle penal sobre os sujeitos. Portanto, afirmar o caráter penal e sancionatório da intervenção é uma estratégia de resposta à sociedade punitiva que, por interesse ideológico ou por desconhecimento da realidade, considera a intervenção socioeducativa, de cunho supostamente protetivo, insuficiente frente ao mal ocasionado pelo adolescente. Da mesma forma, é estratégico a afirmação do conteúdo sancionatório das medidas socioeducativas em relação aos operadores do Direito, que diante de uma intervenção sancionatória, necessitam estabelecer limites mais objetivos, sob pena de ausência de legitimidade.

No contexto do processo, portanto, cabe utilizar-se de toda a construção legal, doutrinária e jurisprudencial, que ao longo da História foi construída como limitador do poder punitivo destinado aos adultos. Trata-se, portanto, de limites jurídicos para a intervenção do Estado na vida e na liberdade dos sujeitos.

Com isso, não se deixa de conhecer que o Direito Penal, embora seus objetivos declarados desde a Modernidade, arcabouço normativo e doutrinário em direção a limitar o poder punitivo do Estado, na prática, ao longo dos séculos, tornou-se legitimador da intervenção de controle punitivo. A pena, embora proporcional e dentro de limites legais, constituiu-se em instrumento reprodutor da estratificação social capitalista (BARATTA, 1999, p. 207). Sem tais limites, porém, provavelmente os efeitos do controle social seriam piores, a exemplo do tempo de vigência do Código de Menores (desde 1927 até a Constituição de 1988). Na época, a legislação tutelar legitimou a intervenção discricionária sobre a população pobre de crianças e adolescentes, considerados em situação irregular (MENDEZ, 1996; AMARAL e SILVA, 2006)

A natureza sancionatória da intervenção socioeducativa deve ser reconhecida naquilo que importa estrategicamente: constituir uma nova cultura jurídica em que, para que seja imposta a intervenção sancionatória, esta deverá ser limitada; caso contrário, será ausente sua legitimidade.

Conforme define Carmem Craidy, a vivência em relação aos direitos deve acompanhar toda a trajetória punitiva a qual o adolescente é submetido, desde a apreensão policial até a execução da medida socioeducativa, especialmente durante o processo judicial, o qual deve ter natureza pedagógica, ou educativa (CRAIDY, 2012, p. 184). Nesse sentido, destina-se a construir junto ao adolescente a justificação da sanção que irá receber, caso seja provada a sua culpa. A compreensão sobre como o Estado interpreta o que aconteceu quando o sujeito supostamente cometeu o ato infracional, ou infringiu a Lei penal, é essencial para que este sujeito aproprie-se das “regras do jogo” do contexto em que está inserido⁶. Nem sempre no momento da prática das infrações - exatamente por sua condição adolescente, impulsiva e inconsequente -, a noção de limites legais está muito clara. Portanto, cabe aos órgãos do Estado, em particular ao Juiz responsável pela apuração do ato infracional e aplicação da medida socioeducativa, constituir junto ao adolescente e sua família a legitimidade da intervenção punitiva que irá suceder-se.

Além de um dado real, é imprescindível que a natureza jurídica das medidas socioeducativas seja conhecida pelos profissionais que estarão trabalhando com esses adolescentes. A importância desse conhecimento advém do fato de que a natureza das medidas será um componente inerente às relações a serem estabelecidas com os jovens, desde a interlocução com o Poder Judiciário e até mesmo em alguns momentos de atuação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da execução da medida aplicada. É importante, ainda, que tais profissionais preocupem-se em saber acerca da pertinência de tal medida aplicada, ou seja, se foi pertinente ou não, a responsabilização atribuída ao adolescente. Tal fator é o elemento inicial a ser considerado na relação sócio pedagógica que será desenvolvida durante a execução da medida socioeducativa (MENDEZ, 2005, p.10)

De outra parte, é consensual entre os doutrinadores da área dos direitos da criança e do adolescente que, embora o caráter da medida aplicada seja jurídico-sancionatório e restritivo de direitos, sua execução deve ter conteúdo

⁶ Ainda que se prefira o entendimento já desenvolvido em outro trabalho (COSTA, Ana Paula Motta. Os adolescentes e seus Direitos Fundamentais. Da invisibilidade à Indiferença) de que os adolescentes referenciam-se em planos normativos distintos. A norma do Direito Estatal é um destes planos normativos, com o qual convivem, porém não é a única referência. Cabe, portanto, aos órgãos de Estado reconhecer a presença das regras no contexto onde estão inseridos tais sujeitos.

predominantemente pedagógico. Ou seja, o fato de um adolescente estar cumprindo uma medida socioeducativa não implica que deixe de ser credor de direitos que a ele estão previstos em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento. A sua condição pessoal não se reduz à circunstância do ato infracional praticado; imputar-lhe responsabilidade deve ser um meio de auxiliar na organização de seus referenciais de convivência social. Nessa direção, vê-se que a responsabilização dos adolescentes faz parte da dimensão educativa das medidas socioeducativas, a qual deve propiciar, o quanto possível, a apropriação da própria realidade pessoal e social.

Ademais, considerando a condição de violação de direitos, que caracteriza a vida dos adolescentes em tais circunstâncias, é tarefa de quem dá suporte à execução das medidas propiciar um processo de aquisições sociais. Como ensina Francisco Contreras Pelaéz, “Os Direitos Sociais são direitos do homem contextualizado” e a principal implicação desta conceituação é o reconhecimento das necessidades básicas dos indivíduos, nos contextos em que estão inseridos, e da responsabilidade da sociedade e do Estado na satisfação de tais necessidades (CONTRERAS PELAÉZ, 1994, p 24).

Na mesma direção trabalha Carlos Nocodemos ao afirmar que para a realização de uma “cidadania infanto-juvenil efetivamente universal”, que não tenha como base a estrita responsabilidade individual liberal, há que se estabelecer uma efetiva política pública voltada para adolescentes autores de atos infracionais, como forma de resgate de direitos socialmente negados (NICODEMOS, 2006, p. 77-78). A partir de um olhar genérico sobre o papel civilizatório da garantia de direitos sociais, ou de necessidades concretas dos adolescentes que em regra são alvo da intervenção sancionatória protagonizada pelas medidas socioeducativas, faz-se necessário compreender a dimensão de resgate de direitos sociais das medidas socioeducativas.

Assim, a partir de um Plano Individual de Atendimento – PIA, a ser pactuado com o adolescente com apoio da equipe técnica e de sua família, espera-se que lhe sejam propiciadas alternativas, ou caminhos, no sentido da efetivação de seus direitos.

Nesse sentido, cabe referir os objetivos das medidas socioeducativas definidos na Lei 12.594/12, que institui o SINASE:

Art. 1º, § 2º Entende-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais tem como objetivos:

I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu plano individual de atendimento; e

III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos na Lei.

Vê-se, em consequência, que as medidas socioeducativas podem ser compreendidas em três distintas dimensões, as quais estão inter-relacionadas: trata-se de uma responsabilização individual, em razão da prática de uma conduta sancionada pelo Estado; trata-se da possibilidade de vivência de tal processo de responsabilização como apropriação, ou compreensão acerca do ato praticado, seu significado pessoal e social; e também se trata de um processo de aquisição de direitos sociais, em geral violados, ou não garantidos até então. Somente a partir do claro entendimento destas três dimensões é que deve estruturar-se todo o trabalho do Sistema Socioeducativo, seja em âmbito municipal, onde os adolescentes vivem e constroem suas identidades, ou em sentido de política intervencionista do Estado mais ampla, por meio dos Estados ou em Plano Nacional.

2. Metaprincípios para a Interpretação da lei 12.594/12

Antes de realizar abordagem específica acerca dos princípios (ou metaprincípios) que devem fundamentar a interpretação do Sistema de Execução Socioeducativo, cabe referir o conceito adotado sobre “princípios” e sua função no sistema jurídico como um todo. Tal reflexão é realizada na busca de uma conceituação preliminar que servirá de base para a construção teórica aqui proposta.

A distinção entre princípios e regras – expressões de uso corriqueiro na linguagem jurídica – requer maior explicitação quanto aos significados adotados. Para Robert Alexy, várias distinções são feitas, dependendo do significado atribuído aos

próprios conceitos. Adota o autor a conceituação de que regras e princípios são espécies do gênero normas, ou disposições normativas, porque “ambos dizem o que deve ser”. São, portanto, disposições textuais passíveis de interpretação, com diferentes graus de densidade. Princípios são considerados normas com um grau de generalização alto, enquanto que as regras têm grau de generalização mais baixo, sendo mais específicas (ALEXY, 2008, p.87).

Na mesma direção, afirma Ricardo Guastini que o juiz sobrepõe sua própria valoração à valoração do legislador ao estabelecer solução para os casos em concreto. Para tanto, deve considerar os princípios e os utilizar como referência para a construção da regra para aquele único caso em particular (GUASTINI, 1999, p. 170-171).

A tarefa de interpretar e aplicar o sistema normativo, como fonte de solução nos casos concretos, é inerente ao fazer cotidiano dos operadores jurídicos, ainda que, ao fazê-lo, justifique o intérprete que apenas está “aplicando a regra da Lei”. O juiz decide sobre situações individuais, intervindo como Estado na vida dos sujeitos. Suas decisões, fruto da interpretação que realiza, devem ter sentido e justificação mais amplo que a simples regra específica.

Em síntese, pode-se dizer que princípios constitucionais, ou de hierarquia constitucional, são normas com conteúdo mais amplo que outras normas de hierarquia inferior e representam caminhos a serem seguidos na interpretação do Direito nos casos concretos. Quando, eventualmente, tais princípios constitucionais entram em conflito com outros princípios, sua não aplicação com maior preponderância deve ser justificada, na medida em que não é por acaso que fazem parte do ordenamento jurídico. Têm, portanto, força normativa e conteúdo axiológico.

Como metaprincípios que se encontram implícitos e, de certa forma, explícitos no sistema normativo voltado à responsabilização de adolescentes, destacam-se dois conceitos essenciais, os quais não se esgotam em si mesmos, mas inter-relacionam-se e complementam-se. Trata-se do princípio da igualdade, vinculado à legalidade, ou à reserva legal; e o princípio da equidade ou da individualização a partir das diferenças.

2.1 Metaprincípio da Igualdade

A noção conceitual de igualdade remonta ao surgimento da sociedade moderna, enquanto etapa histórica localizada em torno do século XVIII e caracterizada pelo fortalecimento do Estado laico, cuja legitimidade fundamentava-se na noção de pacto social iluminista: o contrato social, enquanto reunião de indivíduos em condição de igualdade, que abrem mão de um tanto de sua liberdade, em troca de segurança jurídica e do projeto civilizatório.

O humanismo, característico daquele momento sociocultural, tem seu nascimento entrelaçado à concepção de direito natural, enquanto ideia de indivíduos racionais vinculados livremente por meio do contrato social. O direito natural não trata de seres sociais ou contextualizados, mas de “indivíduos”, homens que se bastam a si mesmos, enquanto feitos à imagem de Deus e depositários de razão (DUMONT, 1993, p. 86-96).

Nesse contexto, a igualdade em relação ao Estado faz parte do pacto proposto. Dito de outra forma, essa igualdade faz parte “das regras do jogo” que legitimam a intervenção punitiva do Estado na esfera individual. O tratamento em condição de igualdade - ainda que formal, pois, desde o século XVIII até os dias contemporâneos, nunca existiu um padrão de igualdade material entre as pessoas – é a perspectiva que fundamenta a legitimidade da autoridade limitadora de direitos individuais. Os indivíduos livres só podem ter sua liberdade limitada se forem tratados em igualdade de condições perante o Estado, intermediados pela Lei (BECCARIA, 1999, p. 28-29).

Nesse ponto relaciona-se a ideia de igualdade com a ideia de legalidade. É na legalidade que o Direito Penal moderno encontra sua legitimidade. Expresso na norma “*Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal*” (art. 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal e art. 1º do Código Penal), o princípio da legalidade é um divisor de águas na história do Direito Penal. Segundo Claudio Brandão, é possível dividir a história do Direito Penal em dois períodos:

período do terror e período liberal. No período do terror, não existia qualquer preocupação com a humanização da repressão penal, não se oferecia nenhuma garantia ao ser humano em face do direito de punir do Estado. O período liberal inaugurou a fase científica do Direito Penal e começou com a formulação do princípio da legalidade. O Direito Penal científico é pós-iluminista, é chamado liberal porque tem em seu centro a preocupação com a pessoa humana, tendo como requisitos o fundamento da punição e a legitimidade da pena (BRANDÃO, 2002, p. 31).

O fato é que na época iluminista o Estado de Direito foi constituído a partir do que preconizava o modelo de sociedade sob a ótica liberal individualista, em que os direitos do indivíduo estavam acima dos direitos da comunidade. Este modelo de Estado está superado nos dias atuais, nos quais vivemos sob a égide constitucional de um Estado Democrático de Direito, em que o Direito Penal não pode ter somente como objetivo a norma, o que seria uma visão limitada ao positivismo jurídico. A validade da norma depende de sua interpretação contextualizada, levando em consideração os sujeitos em concreto sob os quais ela irá incidir.

Assim, o Direito Penal não pode ser dissociado da realidade política. O princípio da legalidade foi criado com o intuito de responder politicamente ao modelo de Estado totalitário anteriormente vigente. Não reconhecer a relação que o Direito Penal tem com o mundo político é afastar-se da realidade, visto que o modelo de Direito Penal vigente traduz o modo de uso estatal da violência em cada sociedade. No contexto contemporâneo, para além do autoritarismo estatal, a legalidade deve ser limitadora do desejo punitivo da sociedade.

Mesmo porque, um Estado Democrático de Direito é um modelo que une e supera o Estado liberal e o Estado social, entendendo Estado social como garantidor dos amplos direitos sociais a toda a população. A partir dessa configuração, portanto, a intervenção estatal na liberdade dos sujeitos deve submeter-se aos limites formais e materiais do Estado Social e Democrático de Direito (LUIZI, 1991, p. 24) .

A Constituição de 1988 afirma que o Brasil é um Estado Democrático de Direito e, em vários momentos do ordenamento jurídico, está prevista a intervenção estatal limitada pela legalidade. Trata-se de uma limitação ao *jus puniendi* do Estado, no sentido de proteger a dignidade da pessoa humana. Trata-se, portanto, de uma garantia fundamental.

A busca por relacionar o *jus puniendi* do Estado brasileiro com os adolescentes submetidos aos seus mecanismos de poder foi uma das justificativas para a necessidade de uma nova legislação. Esta necessidade jurisdicional era de cunho regulador da execução socioeducativa, que resultou, depois de mais de dez anos de elaboração, na Lei 12 594/12. Tratava-se da ausência de uma regulação mais específica para a execução das medidas socioeducativas. A falta de um referencial normativo mais preciso prestava-se à discricionariedade demasiada e à disparidade entre realidades regionais e jurisdicionais: cada juiz, em contextos distintos deste País, interpretava e aplicava a lei de acordo com seus referências de interpretação, resultando em disparidade de procedimentos e de intervenções materialmente constituídas.

Disparidade de tratamento não corresponde à igualdade preconizada, legitimadora da intervenção punitiva. Disparidade de tratamento pressupõe violação de direitos, na medida em que não considera a isonomia necessária no tratamento das necessidade individuais. Assim, fundou-se a necessidade de uma nova legislação que possibilitasse um maior detalhamento da execução socioeducativa, na perspectiva de construir patamares mais claros de expectativa no sentido do cumprimento da própria legislação, em seus objetivos.

Luiz Luisi refere-se explicitamente sobre a importância da incidência do Princípio da Legalidade, ou da Reserva Legal, nas normas disciplinadoras da execução da pena⁷. Ou seja, além de só serem passíveis de repressão condutas realizadas em sociedade se já houver previsão legal que as criminalize, também a legitimidade da execução punitiva depende da legalidade de sua condução (LUIZI, 1991, p. 17). Essa afirmação confirma-se na medida em que a execução da pena, assim como a execução socioeducativa, transcorre durante certo espaço de tempo

⁷ Aqui se utiliza o referencial reflexivo do autor para a análise do tema no campo socioeducativo.

e, durante este período, vários atos estatais incidem sobre a liberdade do sujeito. A legitimidade de tais atos depende de sua legalidade. É pressuposto para que não ocorram violações de direitos que o tratamento ocorra em condição de igualdade, a partir de parâmetros legais comuns, menos flexíveis no que se refere à perspectiva punitiva.

Salo de Carvalho, ao tratar da execução penal, reflete em profundidade sobre a necessidade de legalidade e de respeito às garantias individuais durante a execução das penas. Aborda o autor sobre a necessidade de judicialização da execução penal, como forma de reduzir o poder administrativo e limitar a deliberação sobre temas relativos aos direitos individuais das pessoas privadas de liberdade, submetidas ao poder do Estado (CARVALHO, 2003, p. 164-167).

No âmbito da execução socioeducativa é amplo o espaço para a deliberação administrativa sobre a restrição e direitos dos adolescentes, ainda que as medidas socioeducativas aplicadas judicialmente - em meio aberto ou privativas de liberdade - devam restringir direitos relacionados apenas à liberdade, vários outros direitos dos adolescentes são atingidos durante a execução, como a integridade física, a intimidade, a convivência familiar e comunitária, ou mesmo a própria dignidade como pessoa humana. Isso se dá em razão de um histórico processo de institucionalização do controle sociopenal ilimitado e justificado em nome da proteção de pessoas na condição de incapazes em razão da idade (MENDEZ, 1996, p. 57-66).

Nesse sentido, é muito oportuno que a nova legislação destinada à regulação da execução socioeducativa tenha previsto expressamente a necessidade de instituição de um processo judicial de execução (art. 39 da Lei 594/12). Acrescenta-se ao sistema normativo dos direitos da criança e do adolescente, assim, a partir da nova Lei, um novo procedimento judicial, destinado a regular e deliberar a execução das medidas socioeducativas, ainda que aplicadas em sede de remissão (§ único do mesmo artigo). Cabe destacar que a judicialização de procedimentos não garante a observação da legalidade no tratamento dos adolescentes, ou mesmo a igualdade aqui referida, mas permite um controle judicial maior sobre a execução

administrativa, além do exercício do contraditório em sede dos processos de execução, o que colabora com a limitação do poder punitivo.

Outro aspecto da nova legislação que merece destaque é a previsão no título VII da referida Lei acerca da necessidade de que as instituições executoras do sistema socioeducativo normatizem seus regimes disciplinares. A importância de tal previsão é significativa frente ao histórico, em especial das instituições responsáveis pela execução da medida de internação, que desde os tempos das antigas FEBEMs sempre aplicaram sanções disciplinares, sem que fossem questionadas a legalidade ou legitimidade de tais procedimentos. A aplicação discricionária de sanções como forma de controle, sem que antes faltas graves estivessem previstas em regimentos e sem que houvesse um procedimento disciplinar em que existisse contraditório garantido, pode ser considerada atuação que se encontrava afastada da legalidade desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova legislação, porém, regulou matéria em maior detalhe, o que se deve salientar como aspecto positivo.

Outros aspectos da Lei 12.594/12 são positivos na direção da legalidade. Outros tantos ainda seguem a tradição estatutária e foram redigidos de modo que sua interpretação permite vasta abertura no que tange à discricionariedade. Nesse sentido, justifica-se a exposição aqui realizada: a legitimidade da execução socioeducativa pressupõe legalidade, como forma de evitar tratamento mais punitivo do que prevê a própria medida socioeducativa aplicada. Tratamento este que seria, portanto, violador de direitos. Assim, propõe-se como metaprincípio para a interpretação da Lei a reserva legal, no sentido da restrição da intervenção punitiva.

Se não pelas razões já expostas, cabe trazer à interlocução a contribuição de Axel Honneth quanto à Teoria do Reconhecimento. Sob tal perspectiva, contribui o autor afirmando que todas as pessoas buscam ao longo de suas vidas reconhecimento como pessoas e, nesse contexto, refere níveis diferenciados de reconhecimento pleiteados. A experiência de reconhecimento é complementada, segundo Axel Honneth, no processo de identificação e pertencimento ao Estado de Direito. Por meio do Estado, as pessoas são reconhecidas como iguais, racionais, livres e detentoras de direitos, comportando-se, em relação aos outros, de uma

maneira universalmente válida. Isso diz respeito às relações jurídicas modernas: igualdade e liberdade (HONNETH, 2003, p. 179).

Assim, para que seja efetivo o reconhecimento dos adolescentes no Estado Democrático de Direito e, para que estes sintam-se parte da coletividade, respeitados como pessoas, há que os reconhecer em condição de igualdade de tratamento.

2.2 Metaprincípio da Equidade

Igualdade e legalidade não garantem, de outra parte, conteúdo material de tratamento na direção da afirmação de direitos fundamentais. É preciso identificar qual a condição de igualdade que se pretende e qual a legalidade pleiteada. Não foram poucas as atrocidades cometidas na História da Humanidade respaldadas pela legalidade; neste sentido, destacam-se os regimes autoritários que possuíam respaldo legal.

Em especial, a legalidade vista em *estricto senso* não garante que não se pratiquem, “respaldados pela Lei”, massificação de tratamento, sutis violações de direitos cotidianas, generalizações violadoras, as quais, às vezes, podem implicar consequências mais avassaladoras sobre os sujeitos do que a própria falta de legalidade formal. É comum observar-se durante a execução socioeducativa práticas judiciais ou administrativas generalizadas – legais em sua justificação –, descomprometidas com a consideração do sujeito em sua particularidade ou diferença. Como exemplo, podem-se citar situações em que a medida socioeducativa aplicada levou em consideração apenas a proporcionalidade entre o ato praticado e a gravidade da sanção a ser imposta, sem considerar qual seria a intervenção mais adequada ao caso em concreto⁸. Há decisões judiciais em sede de execução que computam o tempo como efeito retributivo, considerando a gravidade do ato praticado, sem levar efetivamente em conta a situação concreta do adolescente em cumprimento da

⁸ Neste caso pode-se dizer que a falta de legalidade, na medida em que o § 2º do art. 112 do ECA preconiza que a medida socioeducativa a ser aplicada deverá levar em consideração a capacidade de cumprimento, as circunstâncias, além da gravidade da infração.

medida⁹. Em outro contexto, é comum ver-se a defesa judicial dos adolescentes realizada de forma massificada, com reprodução de discursos jurídicos, às vezes sem eco, que impossibilitam que a versão dos adolescentes e suas circunstâncias venham efetivamente ao processo. Ou, ainda, percebe-se a elaboração de planos de atendimento que formalmente estão dentro do preconizado pela Lei¹⁰, mas que não atingem a individualidade do sujeito, não identificando suas potencialidades.

Sabe-se que todas estas práticas, sutis e cotidianas, em muitas situações explicam-se diante do grande volume de trabalho das pessoas, ou pela semelhança, à primeira vista, que as situações de diferentes adolescentes têm entre si. Explicam-se, ainda, diante das dificuldades que a estrutura do Estado oferece para que se trate de individualidades. No entanto, estas práticas também refletem falta de compromisso profissional com a intervenção que se está realizando e, principalmente, naquilo que é o propósito deste artigo, a interpretação da legislação sem consideração de um de seus princípios fundantes: a equidade – ou o tratamento de quem é diferente de forma diferente – como requisito complementar à legalidade, princípio legitimador da justiça¹¹. Em outras palavras, a falta de individualização na execução socioeducativa acaba ferindo o princípio da condição peculiar de desenvolvimento, fundamento da Doutrina da Proteção Integral e do sistema de direitos de crianças e adolescentes.

O princípio da condição peculiar de desenvolvimento foi positivado na Constituição Federal como justificativa do tratamento diferenciado, ou tendo como fundamento a necessária equidade em relação aos adultos. De outra parte, trata-se da busca pela garantia de igualdade, na medida em que reconhecer as pessoas nessa fase da vida como sujeito de direitos é reconhecê-las como capazes no exercício desses, de acordo com seu respectivo processo de maturidade. Conforme Flávia Piovesan, torna-se insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. “Faz-se necessária a especificação do sujeito de direitos, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade” (PIOVESAN, 2010, p. 47-50).

⁹ Também neste caso pode-se dizer da falta de legalidade, na medida em que no § 2º do art. 42 da Lei 12.594/12 consta expresso que a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores, que por si só, justificam a não substituição por medida n=menos gravosa.

¹⁰ Título IV da Lei 12.594/12.

¹¹ Utiliza-se como referência o conceito de Equidade a partir de Aristóteles. Para o filósofo grego, a ideia de equidade significa a realização plena da igualdade e, por isso, fundamento de justiça. O juiz estaria inclusive autorizado a tomar liberdades em relação à lei, para adaptá-la às circunstâncias, levando em consideração as condições de cada causa em particular. (VILLEY, 2005, p. 62-63)

Joaquin Herrera Flores faz um contraponto entre os princípios de igualdade e diferença, concluindo que, em oposição à ideia de igualdade, não está a diferença, mas sim a desigualdade. Ou seja, as desiguais condições sociais, econômicas e culturais fazem que alguns tenham menos capacidade para atuar do que outros, sendo que tal dificuldade está relacionada à desvalorização social com que determinados grupos contam, os quais são identificados como diferentes (HERRERA FLORES, 2010, p.116). As dificuldades, portanto, de quem se situa no campo da diferença, referem-se às suas necessidades reais e concretas, não ao reconhecimento abstrato e normativo.

No que se refere à realidade dos adolescentes, pode-se constatar que há, de modo geral, dificuldade de ser identificada a sua condição peculiar, situação que é observada em maior ou menor medida em todos os contextos sociais. No entanto, quando se trata de adolescentes pobres, de contextos sociais das periferias, envolvidos com violência, a sua condição peculiar e individual torna-se ainda mais difícil de ser reconhecida. Sendo assim, mesmo se tratando de uma etapa da vida a que todos atravessam, não é possível universalizar os padrões de dificuldade de reconhecimento.

O tratamento institucional, social ou jurídico, portanto, não costuma considerar o sujeito adolescente e seus direitos na dimensão de sua realidade e necessidades. Essa ausência de visibilidade está, em certa medida, relacionada à ausência de consideração sobre sua peculiaridade geracional e cultural. Embora exista reconhecimento normativo do princípio da condição peculiar de desenvolvimento, que se caracteriza como a afirmação legal da diferença a ser considerada na aplicação do Direito, tal reconhecimento, em grande medida, é abstrato, formal e distante das necessidades concretas, especialmente quando se trata da parcela de adolescentes envolvidos em contextos sociais de maior pobreza.

Colaborando com a reflexão aqui proposta, Axel Honneth analisa o processo de reconhecimento e considera o conceito de “pessoa” como o indivíduo que “recebe sua identidade primariamente do reconhecimento subjetivo de sua condição jurídica”; “pessoa por inteiro”, de outra parte, diz respeito à obtenção de identidade, sobretudo do reconhecimento de sua particularidade por parte da comunidade de valores da coletividade (HONNET, 2003, p. 147-149).

É necessário, portanto, “reconhecimento” – da condição de pessoa em situação especial de desenvolvimento -, dos sujeitos em sua individualidade, como cidadãos de direitos e não como objeto do poder dos adultos. O reconhecimento da diferença nada mais é, como afirma Nancy Fraser, do que a busca pelo direito de ser tratado como igual, entre pares sociais. A diferença é o meio do caminho, a forma de estabelecer a peculiaridade, para justificar um tratamento diferenciado rumo à igualdade, ou ao tratamento paritário (FRASER, 2010, p. 182). Em complementação, refere José Carlos Moreira da Silva Filho: “todos são iguais enquanto espécie, e todos são diferentes, enquanto subjetividade” (SILVA FILHO, 2008, p. 80).

A Lei 12.594/12 avançou de forma considerável na previsão de exigências na direção da individualização do tratamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso ocorre de forma mais contundente na previsão expressa do Princípio da Individualização (art. VI do art. 35) e na previsão da necessidade da elaboração de um Plano Individual de Atendimento - IPA, como parâmetro legal para a execução socioeducativa (Título IV, art. 52 e seguintes). Infelizmente, não basta a consideração formal destes preceitos. É preciso interpretá-los com o olhar de efetiva equidade, diferenciação e individualização. Caso contrário, corre-se o risco de burocratização e de procedimentos em torno do PIA e de sua utilização corroborarem com a ampliação da esfera punitiva da intervenção socioeducativa. A individualização precisa ser interpretada em benefício do adolescente, representando uma das dimensões da medida socioeducativa e servindo como requisito para o resgate de direitos.

Tudo isso, se não por outra razão, é necessário como garantia da efetividade da medida socioeducativa. A experiência de trabalho nesta área permite perceber que a medida socioeducativa só atinge algum resultado em relação ao sujeito a quem ela se dirige se o considera efetivamente como pessoa, em sua individualidade cultural, social e emocional.

A peculiaridade é uma especificidade que, quando reconhecida, permite a consideração do sujeito desde o seu lugar de fala, desde o seu mundo, desde sua

realidade cultural. Reconhecer o sujeito nessa dimensão de pessoa por inteiro significa considerá-lo cidadão em condição de igualdade.

2.3 Igualdade e equidade como metaprincípios na interpretação combinada com os princípios previstos na Lei 12.594/12.

A Lei 12.594/12 dispõe, em seu art. 35, acerca de princípios que devem reger a execução socioeducativa:

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;

V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da lei 8069/90;

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

A partir da literalidade da Lei, é possível interpretar cada um dos princípios expressos como manifestações derivadas do princípio da igualdade, enquanto legalidade, e do princípio da equidade, como expressão do necessário reconhecimento da individualização da medida socioeducativa em sede de execução.

Como complemento, cabe salientar a especificidade dos princípios da brevidade e excepcionalidade, os quais fazem parte do conteúdo normativo em geral do campo do Direito da Criança e do Adolescente. Atuam enquanto limitadores do poder de intervenção do Estado, seja na liberdade dos adolescentes, seja no contexto familiar. Trata-se, portanto, de uma derivação do Princípio da Legalidade, a qual possui previsão expressa, considerando-se o histórico tutelar e de institucionalização da infância que caracterizou por longo período a intervenção do Estado brasileiro – e ainda caracteriza –, bem como a morosidade que tem sido a realidade da atuação dos vários órgãos estatais na solução de situações que envolvem crianças e adolescentes.

O tempo, portanto, é um dos fatores que atuam na constituição de prejuízos. O tempo do processo judicial, o tempo de espera na fila, o tempo na espera de um atendimento familiar qualificado, o tempo da medida socioeducativa de internação, o tempo de aguardar o acesso a um defensor, o tempo até o dia da visita familiar, o tempo até o dia da audiência. É relevante perceber que o tempo não é uma categoria independente do contexto social.

Como afirma François Ost, “o tempo institui...”. O tempo nas instituições reguladas pelo Direito, separado da vida real, permite que seus efeitos sejam instituintes. Ou seja, mesmo na inércia, mesmo sem decidir, o Estado, através de suas instituições jurídicas, decide sobre a vida dos adolescentes, enquanto crescem e aguardam “a decisão” sobre seu destino. Como afirma o autor, buscando referência na lei da entropia física: “Quanto mais o tempo passa, mais a energia se dissipa e mais a desordem aumenta”. Seria possível reverter a ampulheta do tempo? Não para parar o tempo, mas para defini-lo como mais humano? Esta é uma das perguntas do autor, que, em última instância, está a questionar se é possível ser o Direito mais humano.

Nessa direção, os princípios da brevidade e da excepcionalidade buscam a humanização do tratamento estatal aos adolescentes. Que seja excepcional tal intervenção só em último caso, diante de uma necessidade imperiosa, regida pela legalidade. Que seja breve, no menor tempo possível, para que esse tempo não seja instituinte da realidade.

Brevidade e excepcionalidade, assim, acrescentam conteúdo ao modelo gradativo de intervenção previsto no sistema normativo dos direitos da criança e do adolescente. Quando a intervenção estatal tiver conteúdo segregador, deve ser breve e utilizada como último *ratio*. Se estiver justificada tal intervenção, em razão dos interesses da sociedade, então, devem ser constatados os efeitos negativos de tal intervenção, cabendo agir o mais rápido possível visando a reduzir danos inerentes.

De outra parte, cabe referir que o modo de sobrevivência adotado pelos adolescentes das periferias das grandes cidades brasileiras é resultado de múltiplas influências, as quais passam pelas famílias a que pertencem, suas origens sociais e étnicas, e pelas comunidades onde vivem, com presença maior ou menor de estruturas de Estado paralelas. Também compõem seu universo normativo as regras do grupo de outros jovens com quem convivem, que os influenciam, conforme as exigências para pertencimento. Por outro lado, estão conectados com a cultura do mundo globalizado, escutam as mesmas músicas e vestem-se como os jovens em outros cantos do mundo, como se fossem “universais”.

Nessa interconexão, vê-se que entre as referências utilizadas está o Direito estatal, enquanto limite interventivo, punitivo. Muitas vezes, entretanto, a atuação autoritária dos órgãos estatais perde legitimidade na medida em que não dialoga com a realidade em que a intervenção irá impactar, porque parte de uma perspectiva estritamente universal. Nessa direção, o privilégio preconizado pela Lei 12.594/12 às alternativas de mediação de conflitos e de medidas restaurativas, pressupõe o reconhecimento dos adolescentes contextualizados, ou seja, desde sua individualidade e diferença em relação à maioria. Assim, as possibilidades de restauração após o conflito, ou de mediação, na busca de uma melhor solução, encontram efeito mais significativo para os envolvidos.

Adolescentes em execução de medidas socioeducativas são parte de uma sociedade complexa, na qual inúmeros fatores, ao mesmo tempo, incidem sobre suas realidades de vida. A atuação nesta realidade exige também uma “perspectiva complexa”, com dimensão intersetorial e pautada na incompletude. Sob esse enfoque, o caminho a ser seguido deve ser o de buscar lidar com o todo a partir da leitura o mais

aprofundada possível das situações e de suas inter-relações (MORIN, 1998, p. 239-254).

Os adolescentes e suas famílias, assim definidas a partir de suas relações de afeto e de vínculo, fazem parte de uma determinada comunidade e de um território. Devem ser compreendidos desde este lugar situado e a partir de suas potencialidades, com o objetivo de ofertar instrumentos (instrumentais) para o seu crescimento e para a construção de seus projetos de vida. A autonomia dos sujeitos, portanto, deve ser valorizada, e a condição de decidir seus próprios caminhos deve ser respeitada. Somente nessa direção, conclui-se, a execução das medidas socioeducativas pode encontrar alguma efetividade e significado para os envolvidos.

Referências Bibliográficas:

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direito dos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL e SILVA, Antonio Fernando do. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Responsabilização Penal Juvenil e o Mito da Inimputabilidade Penal. In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (org.) **Justiça Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito**. – 2ª edição – Rio de Janeiro: Freitas bastos, 1999.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Trad. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BRANDÃO, Cláudio. **Introdução ao Direito Penal: análise do sistema penal à luz do princípio da legalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARVALHO, Salo de. **Pena e Garantias**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CRAIDY, Carmem Maria. Medidas Socioeducativas e Educação. In: _____; LAZZAROTTO, Gislei Domingas; OLIVEIRA, Magda Martins (org.). **Processos Educativos com Adolescentes em conflito com a Lei**. Porto Alegre: Editora mediação, 2012.

CONTRERAS PELAÉZ, Francisco J. **Derechos Sociales: Teoria e Ideologia**. Madrid: Editorial Tecnos, 1994.

DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada de justiça. In: PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela (Org.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GUASTINI, Riccardo. **Distinguendo** – Estudios de teoria y metateoría del derecho. Barcelona: Gedisa, 1999.

HERRERA FLORES. Joaquín. La Construcción De Las Garantías. Hasta Una Concepción Antipatriarcal De La Libertad Y La Igualdad. In: PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela (Org.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. Tiragem 2

HONNETH, Axel. **Luta pelo Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LUIZI, Luiz. **Os Princípios Constitucionais** Penais. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1991.

MÉNDEZ, Emílio Garcia. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Derechos de la Infancia en la Argentina: Donde estamos y donde vamos. In: In PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela (Org.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MORIN, Edgar. Complexidade e Liberdade. In: _____; PRIGOGINE. Ilya *et ali*. **A Sociedade em Busca de Valores. Para fugir à Alternativa entre o Ceptismo e o Dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

NICODEMOS Carlos. A natureza do sistema de responsabilização do Adolescente autor de ato infracional. In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (org.) **Justiça Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: perspectivas regional e global. In: _____; SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela (Org.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. Tiragem 2.

OST, François. **O Tempo e o Direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Direitos Humanos, Dignidade da Pessoa Humana e a questão dos Apátridas: da identidade à diferença. **Direito e Justiça**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 2008.

SCHMIDT, Andrei Zenkner, A Crise da Legalidade na Execução Penal. In: CARVALHO, Salo de. **Crítica à Execução Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

VILLEY, Michel. **A Formação do Pensamento Jurídico Moderno**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.